

GRAMSCI, INTELLECTUAIS E A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Severino José de Lima*

Prof. Dr. Unitrabalho/UFCG.

Eixo Temático: Educação e Movimentos Populares.

Diversas experiências no campo da economia solidária e da autogestão surgiram e vem se ampliando a partir do contexto da crise de desemprego e da falência de empresas como resultado das políticas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro, nos anos 90. Já é sabido que os trabalhadores sofrem, sempre, as conseqüências mais dramáticas das crises capitalistas. Mas, no bojo dessa dramaticidade, buscam alternativas a partir das experiências acumuladas de resistência e de busca de alternativas à exploração e à marginalização. Assim, os trabalhadores brasileiros, ousaram, de forma criativa, responder ao desafio de ocupar e de assumir empresas em estado falimentar, fazendo surgir o fenômeno das chamadas “empresas recuperadas pelos trabalhadores” e abrindo o caminho para outras tantas experiências de economia solidária tanto no espaço urbano-industrial quanto no campo. A expansão e diversificação dessas experiências de empreendimentos econômicos solidários baseados na autogestão conquistou setores significativos da intelectualidade conferindo ao movimento social de resistência dos trabalhadores e dos segmentos sociais mais vulneráveis e excluídos, uma vocação contra-hegemônica e declaradamente anti-neoliberal. Este trabalho defende a assertiva de que pensamento de Gramsci e, basicamente, os seus conceitos de hegemonia, sociedade civil e intelectuais (orgânicos) não só tem um valor heurístico para interpretar o fenômeno movimentalista da economia solidária, mas também tem servido de orientação político - ideológica para intelectuais e organizações engajados nessa campo de luta contra-hegemônica, como é o caso da Rede de ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e da Rede de Encubadoras de Empreendimentos de Economia Solidárias da Unitrabalho.

Palavras – Chave: Gramsci, Hegemonia, Intelectuais, Economia Solidária.

*Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande. Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Membro do Núcleo da UNITRABALHO/UFCG e da Incubadora Universitária de Empreendimentos de Economia Solidária, da mesma Universidade. Faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a América Latina Contemporânea/PPGH/UFPB.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho procuramos refletir sobre a importância do pensamento de Gramsci no processo de constituição e expansão do movimento de economia solidária no Brasil. Este processo tem raízes nas experiências movimentalistas que surgiram a partir das décadas de 1970 e 1980 e que vem se afirmando nos últimos tempos como vocação contra-hegemônica ao neoliberalismo e ao capitalismo. E essa vocação é reforçada pela adesão de significativa parcela da intelectualidade tanto nos momentos de sua constituição quanto de sua expansão e institucionalização passando a fazer parte da agenda das diferentes instituições da sociedade civil, de redes e dos movimentos sociais. Também fazendo parte da agenda de partidos políticos, do Governo, e do Estado brasileiro. A economia solidária ganhou espaço nos fóruns acadêmicos a exemplo de duas redes que congregam grupos de professores, funcionários e estudantes universitários: a Rede UNITRABALHO e a Rede de ITCP's. Entre as atividades destas redes, estão prioritariamente aquelas que se convencionou chamá-las de incubação de empreendimentos econômicos solidários e/ou de incubação de cooperativas populares. O nosso foco de análise está voltado para essas duas redes, considerando - as casos emblemáticos de engajamento dos intelectuais e de exercício de suas funções de 'funcionários da superestrutura e elo mediadores entre a superestrutura e a infraestrutura (Macciocchi: 1980:188). Assim, através do exercício dessa função, a economia solidária é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, em síntese na autogestão. Mas, é também um jeito de estar no mundo e de consumir produtos saudáveis e que não afetem o meio ambiente. E para levar a cabo essa filosofia de estar no mundo e de agir para transformá-lo (filosofia da práxis); a economia solidária é necessariamente um movimento social e que convoca os intelectuais para o exercício de suas funções de organizadores de uma 'reforma moral e cultural'. Não à toa que autores (as) como Tiriba (2008, 2004, 2001) em sua busca de subsídios teórico – metodológicos para refletir sobre as dimensões sócio - educativas dos processos de trabalho sob o controle dos trabalhadores procuram resgatar a luz do materialismo histórico os conceitos de 'produção associada', 'autogestão' e 'cultura do trabalho', verificando os seus significados nos diferentes contextos históricos em que os trabalhadores tomaram para si o controle dos meios de produção. Também autores (as) como Novaes e Serafim (2007), reivindicam a necessidade de um enfoque tecnológico como necessidade de um governo dos produtores associados, sob o pressuposto de que se as políticas públicas no campo da economia solidária serão limitadas, se não contiverem, entre os seus fundamentos, uma nova base cognitiva – tecnológica para permitir a emancipação de cooperativas populares e das fábricas recuperadas.

A economia solidária surge como respostas dos trabalhadores aos momentos de crise e suas conseqüências sociais. O que vem ocorrendo no mundo e, particularmente no Brasil, é uma crise sem precedentes do capitalismo. A financeirização da economia a partir dos anos 90 com seus processos de ajustes estruturais e políticos conhecidos como "globalização" e o "neoliberalismo" e através dos quais o capital procura saídas para

essa prolongada crise, vem produzindo o desemprego em massa. Também um processo de precarização das relações de trabalho (trabalho temporário e subcontratado), provocando insegurança e instabilidade, ampliando o número de excluídos e deteriorando cada vez mais as condições de vida da classe-que-vive-do-trabalho. As saídas por parte dos trabalhadores é buscar formas alternativas de trabalho e renda, seja de maneira individual, coletiva ou da forma associativa, formalizadas ou não. E, aí surgem: o fenômeno das fabricas recuperadas pelos trabalhadores; a produção associada de mulheres, de agricultores familiares e de pessoas dos povos originários e tradicionais. Surgem fundos rotativos comunitários, clubes de troca, moedas sociais, feiras solidárias e outras formas de comércio justo. Essas e outras tantas experiências que compõem o surgimento de uma economia autogestionária, passam a ser consideradas por autores como Paul Singer *“como um novo modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”* (Singer & Souza, 2000). Essas iniciativas têm atraído cada vez mais movimentos sociais, instituições públicas e privados como as igrejas, os sindicatos, as universidades e etc.; ao ponto de no país de formarem duas redes universitárias voltadas para esta temática e movimento social. Daí a pertinência de abordá-las pela sua importância como forma de engajamentos dos intelectuais acadêmicos na economia solidária e sob a assertiva de que as categorias do pensamento gramsciano como hegemonia, sociedade civil e intelectual, não só tem valor heurístico para interpretar o fenômeno movimentalista da economia solidária; mas também tem servido de orientação político – ideológica para os intelectuais e organizações engajados neste campo de luta contra-hegemônica, como é o caso da Rede de ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) e a Rede de Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários da UNITRABALHO.

1. Redes de Incubadoras Universitárias

Tanto as experiências da Rede de ITCP's (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) quanto as da Rede UNITRABALHO remontam a convocatória mobilizatória do Betinho (Herbert de Souza), sociólogo e fundador do IBASE, para a Campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. Como se sabe, ela foi organizada em 1993 e mobilizou “corações e mentes” diante do quadro de miserabilidade e exclusão social provocado pela crise e as medidas de reajustes estruturais do capitalismo apoiadas pelos governos de corte político neoliberal. Atendendo ao chamado solidário do Betinho, os reitores das Universidades brasileiras reuniram-se e desta reunião nasceu Fundação UNITRABALHO, a qual passou a materializar o engajamento das universidades na Campanha da Ação da Cidadania, por sua vez, passando a integrar o COEP (Comitê de Entidades de Combate Fome e pela Vida) e que congrega mais de 1.100 entidades e organismos públicos e privados nesse mutirão pela vida. Este trabalho das universidades passou a ser apoiado por vários programas governamentais, destacando-se o PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas). Este Programa nasceu e foi lançado em maio 1998, por

iniciativa do Comitê de Entidades no Combate a Fome e pela Vida – COEP. O convênio foi assinado em conjunto pelo Ministério do Trabalho/SENAES, o COEP, a Fundação Banco do Brasil, o Banco do Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social, a Rede UNITRABALHO e a Rede de ITCP's. Teve como base a experiência bem sucedida que a Universidade Federal do Rio de Janeiro vinha realizando através da ITCP/COPPE/UFRJ. A COPPE/UFRJ havia criado a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares com apoio da FINEP, da Fundação Banco do Brasil e do COEP/Ação da Cidadania.

Estas duas redes coexistem nas universidades e animam o campo político-ideológico de disputas contra-hegemônicas, baseados em atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da economia solidária e da autogestão. Para tanto, organizam os seus próprios espaços de reflexão, debates e avaliações (cursos, congressos, simpósios, encontros locais, regionais, nacionais e internacionais). Participam de eventos e espaços, desde aqueles onde se discutem e se luta por políticas públicas para a área, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e as I e II Conferências Nacionais ocorridas em 2006 e em junho de 2010, até os eventos e espaços de caráter internacional e planetário como o Fórum Social Mundial. Como é sabido foi a partir do I Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre/RS, em 2001, seguido de outros fóruns sociais, que a economia solidária tomou impulso em nível planetário sob o lema “Outra Economia Acontece”. Representantes da intelectualidade consensuaram, com base nas experiências de economia popular solidária que ocorriam no mundo inteiro, que ela é a afirmação de uma forma de resistência e sobrevivência da classe-que-vive-do-trabalho. Mas, é também um modo de produção da vida, um modo de produção, por tanto, alternativo ao capital. Estando presente e sendo hoje reforçado em todos os povos da terra e em todas as culturas se constitui como a grande frente de luta planetária para salvar a vida no Planeta pela superação do próprio capitalismo.

Desse evento planetário e tantos outros, como o I Fórum Social e Feira Mundial da Economia Solidária, ocorridos nos 22 a 24 de janeiro de 2010 em Santa Maria/RS e, a I Feira Mundial que continuou a de Santa Maria/RS e outros eventos em Canoas/RS, por ocasião da edição do Fórum Social Mundial 10 anos, na Grande Porto Alegre/RS, participaram intelectuais e ativistas brasileiros - além dos estrangeiros - de organismos e entidades, como movimentos pastorais e entidades religiosas ligadas a Igreja Católica e outras igrejas. Também participam intelectuais e ativistas de ONG's; de inúmeros movimentos e redes sociais, e também ligados aos partidos políticos e as instituições estatais e programas governamentais. Governos, parlamentares, personalidades ligados ao judiciário, organismos internacionais e multilaterais de desenvolvimento, e empresas estatais que patrocinam programas chamados de “responsabilidade social” e etc. também se fazem presentes. Esses intelectuais e ativistas, incluindo os empreendedores solidários, se articulam, publicam, debatem e trocam experiências através de um extenso e significativo arsenal midiático, destacando-se os espaços na internet tais como o www.fbes.or.br/farejador e o www.cirandas.net.

2. Educação Popular, Gramsci e a Constituição e Expansão da Economia Solidária

O movimento de Educação Popular atua desde os primórdios das experiências comunitárias, coletivas e outras de cunho autogestionário que já vinham ocorrendo nos anos 1970 e 1980. Por isso não poderíamos deixar de citar a importância de um “ator social” e que informa certa pedagogia da ação fundamentada em Paulo Freire e que anima e solda, no sentido gramsciano, uma enorme malha formada por entidades e organismos de base (associações, sindicatos, cooperativas, grupos de mulheres, de idosos e de jovens, clubes de mães, grupos de produção, de finanças e de trocas solidárias, mutirões e etc. Trata-se da “Educação Popular” com E e P maiúsculos, uma invenção social brasileira e latino - americana. Desde Paulo Freire e das Campanhas de Alfabetização dos anos 50/60, a Educação Popular veio se constituindo e se afirmou já da década de 1970, como um vasto movimento cultural. Autores, como Scherrer - Warren (1993:29) define movimento cultural como aquele que é composto por um conjunto de valores difundidos além dos grupos organizados, incluindo aí a noção de utopia. Neste sentido teria, ao nosso ver uma vocação de orientação moral e cultural da sociedade, portanto, hegemônica. Para Touraine (1991:229) movimento cultural seria aquele que defende a subjetivação em face a predominância da objetivação de uma modernidade cindida. Tal movimento afirmar-se-ia tão moderno quanto os seus adversários que apelam contra os obstáculos à mudança, à modernização, à racionalização nos moldes da razão instrumental; enaltecendo o triunfo do conhecimento e ação racional. Não por acaso que Doimo (1995: 179 - 219) reclama de prováveis ‘perigos’ que os movimentos populares do Brasil dos anos pós-70 poderiam ter para a democracia graças a sua postura avessa as instituições políticas modernas. Na verdade, avessas aos elitismos, burocratismo e ao peleguismo de certas instituições e ao esquematismo pobre e castrador de certas leituras de Marx. Pois bem, segundo Lima (2000:5) a educação popular enquanto movimento cultural enfatizando o processo de subjetivação frente à hegemonia da racionalização instrumental tão cara à modernidade, permitiu não só pensar e equacionar a justa relação entre sujeito e razão, mas também expandir-se em constante diálogo com um largo espectro de autores e correntes do pensamento filosófico, político e social. Constituída nas suas origens por uma esquerda católica e outros grupos de cristãos, por grupos de orientação humanitária e de defensores dos direitos humanos, o movimento de Educação Popular inicialmente chegou a Marx, inclusive Paulo Freire e também os idealizadores da Teologia da Libertação, pela “porta” de Lukács. Foi marcante a influência de sua obra “História e Consciência de Classe” notadamente sobre a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular. Mas também pela “porta” da Escola de Frankfurt, notadamente Erich Fromm. Sua obra “Medo à Liberdade” é citada pelo próprio Paulo Freire, em “Pedagogia do Oprimido”. No entanto, o conhecimento das obras de Gramsci, nos anos 50 e anos de 1960, no Brasil, ficou restrito a certos ciclos intelectuais, fato de certa forma justificado pela repressão e censura da Ditadura Militar. Ver Secco (2002:11-33) e Simionatto (1995: 75-193). A difusão de seu pensamento de forma mais ampla e no nível do movimento sindical e popular coincide com a “revolução molecular” dos setores populares na vida nacional no final da década de 70. São expressão dessa “explosão da

sociedade civil”: o I Encontro Intereclesial das CEB’s, ocorrido em 1976 e com centenas de representantes de CEB’s, tendo a frente os Bispos progressistas da Igreja Católica e personalidades de como Frei Beto; o Movimento Custo de Vida e o despontar do movimento operário através greves da Região do ABC paulista tendo à frente os grupos de Oposições Sindicais e na base as Comissões de Fábrica. Também, coincide com o movimento da Anistia e com a volta dos exilados; entre eles Paulo Freire e muitos deles afeiçãoados com a chamada Esquerda Ocidental. Portanto, se auto-identificando como gramscianos ou, pelo menos, trazendo na sua “bagagem cultural” a influência do pensamento de Gramsci. Mas, e os que permaneceram no País e estavam engajados como educadores nas pastorais sociais de uma Igreja Católica orientada pela “Opção Preferencial pelos Pobres” e no chamado movimento popular que se organiza na década de 70? Alguns deles já articulavam nas suas análises e reflexões categorias como “sujeitos coletivos”, “filosofia da práxis”, “intelectuais orgânicos” e a “direção moral e cultural da sociedade”, “revolução pela base” e “sociedade civil”. Foi difundida entre a intelectualidade católica e de outros setores, inclusive entre os agentes de entidades européias de cooperação e desenvolvimento e, até norte-americanas e do Canadá, que a Igreja era como “uma sociedade civil dentro da sociedade civil” e que a mudança na realidade latino - americana passaria por essa “poderosa” instituição. Daí a sua contribuição no combate à Ditadura, apoiando a formação de um “bloco popular e sindical” a partir das bases sociais empobrecidas. Claro, que houve críticas de que tal “leitura católica” de Gramsci: a de que era uma versão hegeliana, como hegeliana também era a visão lukácsiana do marxismo em “História e Consciência de Classe”. Mas tarde, o professor mexicano Jorge G. Castañeda, em sua obra “Utopia Desarmada: Intrigas e Dilemas e Promessas da Esquerda Latino – Americana”, publicado no início da década de 1990, fala da “explosão da base” e do surgimento de uma esquerda social na América Latina. Castañeda adverte sobre o reaparecimento na América Latina, da dicotomia Estado versus sociedade civil e que, segundo esse autor, era própria da filosofia política clássica e do marxismo “hegeliano de primeira hora”. Nesta direção, fala que os marxistas desse continente (re)descobriram Gramsci e a escola italiana do marxismo, fascinados que estavam com a novidade do despertar de antigos setores e o despontar de novos atores sociais, os quais se organizavam de maneira sem precedentes e apoiavam uma via diferente de mudanças: pela base e passando pela vida cotidiana e a cultura. Para Castañeda, essa descoberta de Gramsci foi importante para superar o preceito do maxismo-leninismo de que toda política se resumia no Estado e que a única política que valia a pena se comprometer era aquela que envolvia o próprio Estado. No entanto, pelo seu hegelianismo, terminou criando mal-entendidos ao reificar a “sociedade civil” como algo fora da noção gramsciana de Estado. Isto é, de Estado ampliado; quando na verdade essa “sociedade civil” nunca existira como entidade isolada do Estado. Segundo o referido autor, isso representaria um equívoco teórico e poderia levar a uma solução simplista para problemas reais, por exemplo, o fato de se estar numa Ditadura e, entre outras questões, de se ter que atuar por fora das estruturas “estatais” (grifos do autor) existentes. Isto é, por fora dos canais convencionais de participação política (Castañeda, 1994: 169 – 174). Doimo (op.cit.74-75) atesta que entre o início dos anos 70 e meados dos anos 80, a idéia do “povo como sujeito” passou

a fazer parte dos discursos de diversos atores sociais e politicamente relevantes. Entre eles, os setores progressistas da Igreja Católica, o ecumenismo, especificamente o setor de perfil secular e ligado a dimensão ética do compromisso social e segmentos da intelectualidade acadêmica. Assim, no decorrer da emergente crise do marxismo-leninismo como doutrina de Estado, a citada autora sublinha que:

“... seguimentos da intelectualidade lêem Gramsci e descobrem e descobrem o conceito de sociedade civil e o valor político do senso comum contra o lado perverso do chamado centralismo democrático. Na mesma trilha, segmentos de esquerda incorporam a ‘filosofia da práxis’ e saem a campo para construir as ‘trincheiras’ e as ‘casamatas’ para a ‘guerra de posições’, no lugar da ‘guerra de manobras’, pouco antes implementada. Por sua vez, a Igreja Católica, que desde o Concílio Vaticano II já sinalizara urgentes reformas internas ante o impacto da modernidade, abre-se para as novas experiências organizativas e teológicas, soltando o brado da ‘autonomia’ das organizações de base contra o avanço da racionalidade do Estado” (Doimo, 1995: 75-76).

Ainda, segundo essa autora, a influência de Gramsci junto aos intelectuais brasileiros encontrou terreno fértil pela se fazer à época certa reeleitura do populismo e para reelaboração teórica sobre o senso comum. Assim Francisco Weffort é apontado como um dos pioneiros na descoberta da “emergência política das classes populares” mesmo sob o domínio do pacto populista, rejeitando assim, o preconceito presente até então, em certas análises quanto ao “amorfismo” da classe operária e mesmo das massas” no país. Com isso, segundo Doimo, Weffort abriu caminho para que outros teóricos recuperassem a capacidade ativa do povo a exemplo de Jose Álvaro Moisés (1984 e 1978), Marilena Chauí (1985), Carlos Guilherme Mota(1977) Ecléa Bossi (1978), Ruben Oliven(1982), Garcia Cancelini(1983) e Renato Ortiz(1985). Segue-se a recuperação da capacidade ativa do povo, mediante a sua transfiguração em sujeito:

“... Dom Aldo Morelli proclamava já em 1986 que ‘nós devemos ser sujeitos da nossa própria história’, e enquanto teólogos progressistas entendiam também em meados da década de 70, a presença do povo organizado como um novo ‘sujeito histórico, os intelectuais conferiam legitimidade a esse discurso, nomeando os movimentos sociais emergentes como ‘novo sujeito coletivo’. (Moisés, 1978, p.36), ‘sujeito popular’ (Petrini,1983 p.89), ‘sujeito político’(Caccia Bava,1983, p.9), ‘sujeito histórico’(Martins, 1987, p. 15) ou mesmo “sujeitos de sua própria história’ (Evers, 1985, p.18). Sader não só reconheceu essas falas em sua tese de doutoramento (1988, pp. 50-52, 55) como a elas aderiu incondicionalmente, definindo sujeito coletivo como ‘uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas “(Doimo, op. cit. 78).

Silvia M. Manfredi (1987) procurando rever a perspectiva dos estudos e análises predominantes da década de 70 sobre Educação Popular atesta a importância de Gramsci nessa revisão de enfoques prevaletentes até então, e ao mesmo tempo em que oferece outra perspectiva de análise e de reflexão da Educação Popular como processo e que permite as classes subalternas elaborar e divulgar uma concepção de mundo organicamente vinculada aos seus interesses e além da perceptiva da educação como

instrumento de reprodução do status quo. Neste prisma a autora coloca a necessidade de se repensar a história da educação popular luz dos interesses próprios das classes subalternas, história essa que não estando desvinculada da história das classes dominantes, entretanto, pode ser reconstruída a partir dos embates políticos ideológicos entre essas duas classes enquanto pólos antagônicos. Outro autor, também do campo da Educação Popular, Pedro Benjamim Garcia, discute a questão do saber em torno de questões populares como religiosidade popular, teatro popular, medicina popular, educação popular e etc. à luz de Gramsci e especificamente quanto à relação agente educador e os grupos populares. O autor conclui que é a diferença de saberes que permite o ato educativo e possibilita as desmistificações de “pacotes”, “sistematizações” e “conceitos básicos”, sendo necessário penetrar no universo popular para dialogar com esse saber para conhecê-lo e valorizar os seus portadores como sujeitos do ato de conhecer e transformar a realidade e a partir de suas práticas e saberes a ela vinculados. Desta forma esses e outros (as) autores (as) desde as contribuições de Paulo Freire, agora buscam Gramsci, a partir mesmo de sua noção de “filosofia da práxis”, para pensar a educação às avessas, enfrentando tropeços e atropelos, mas sem meias verdades e associá-la a um tipo de prática descaradamente política e voltada para a emancipação dos trabalhadores e do povo. Buscam Gramsci para denunciar os usos políticos da educação opressora e cuja prática se converte em favor do trabalho pedagógico do educador em favor do trabalho político dos subalternos, vinculados aos movimentos populares e às práticas de classe (Brandão, 1987:11-12).

Como se pode ver, Gramsci não só se tornou referência em termos de orientação social - movimentalista, mas também ofereceu ferramentas retóricas que influenciou a própria intelectualidade acadêmica, provocando uma espécie de descentração político-ideológica nessa mesma intelectualidade. Com certa mudança na conjuntura política - crise do petróleo e revogação do AI - 5 - ocorre um *boom* gramsciano tanto nas universidades e como em outras instituições e espaços de debate e ação política. Conforme, Marco Aurélio Garcia:

“A partir 1975 – 76 tal situação reconhecerá um deslocamento. De certa maneira as idéias de Gramsci serão ‘socializadas’, transbordarão as fronteiras universitárias e passarão a integrar o corpo conceitual com que comunistas, liberais e cristãos começariam a interpretar a realidade do país. Naquele momento foi como se explodisse a especulação contida na universidade. O gramscianismo veio à luz do dia com a força de um vulcão. Todos, de uma ou de outra forma, tornaram-se ‘gramscianos’”(Garcia apud Secco, op.cit.:50).

Como é sabido, Carlo Nelson Coutinho é dos principais responsáveis pela difusão do pensamento de Gramsci no Brasil. Em conjunto com Leandro Konder e Luiz Mário Gazzaneo publicam as principais obras deste pensador italiano entre 1996 e 1970. Além da imprensa de esquerda, como a Revista Teoria e Debate, do PT e como o Jornal Em Tempo - conforme Secco (op.cit.: 52); Gramsci passou a ser difundido através da grande imprensa do país como a Folha de São Paulo e a Revista Isto é, como em 1977 - 1978, através de pequenos artigos. Carlos Nelson Coutinho difundiu o pensamento de

Gramsci nas universidades, nos movimentos sociais e principalmente no PT, à exemplo do Seminário PT: um projeto para o Brasil, realizado em São Paulo, em 15 – 16 de abril de 1989, ao lado de Marcos Aurélio Garcia, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, José Arthur Gianotti, Vladimir Pomar e Tarso Genro, entre outros. Este Seminário rendeu uma publicação “PT: um projeto para o Brasil”, editada pela Brasiliense. São Paulo, 1989. Entre os vários autores com matérias nessa publicação, está Coutinho com o texto Democracia e Socialismo: Questão de Princípio. Depois republicado em uma obra já de 2000, sob o título Contra a Concorrente: Ensaio sobre democracia e socialismo, Cortez, 2000. Em Contra a Corrente, afirma que sem socialismo tampouco existiria democracia, em contraponto ao seu conhecido e já clássico ensaio sobre “A Democracia como Valor Universal”, publicado em 1979 na Revista Encontro com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, no qual afirmava que sem democracia não haveria socialismo. Assim, ambos ensaios abordam a atualidade do marxismo e do pensamento de Gramsci. Textos polêmicos, viriam demarcar as reflexões do autor em respostas as determinações de duas conjunturas políticas do país. Mas, “A Democracia como Valor Universal” republicada, numa versão ampliada, pela Ciências Humanas, de São Paulo, em 1980, teve tanta repercussões na intelectualidade e nos movimentos sociais que o próprio autor reconhece que:

“Tratava-se e um ensaio contra a corrente, tanto assim que gerou intensas polêmicas, provocando dissensos e consensos. (...) esse ensaio teve certo papel no processo de reavaliação da democracia pela esquerda brasileira, reavaliação que, diga-se de passagem, possibilitou a alguns dos seus segmentos enfrentarem com razoável serenidade, ou pelo menos sem abalos traumáticos, a crise terminal do chamado ‘socialismo real’ (Coutinho, 2000: 9 – 10).

Na década de 1970 há não só uma convergência entre o pensamento de Gramsci e o de Paulo Freire no que se refere ao papel que a educação e a cultura assumem no processo de organização da classe trabalhadora; mas também a complementação de ambas as perspectivas na construção de processos educativos pelas entidades da sociedade civil e na construção dos movimentos sociais. Portanto, Gramsci chega às entidades de assessoria e de educação popular no exato momento em que a Educação Popular ia sendo capaz de se constituir num vasto movimento de convergência de setores organizados e intelectuais identificados com o empoderamento das classes trabalhadores. Momento em que estava se constituindo não só o que Doimo (1995:67) chamou de campo ético-político formado à base de extensas redes sociais e movimentos reivindicativos. Nos anos 70 a Educação Popular assume a forma de trabalhos de base e que levou a eclosão de uma extensa rede de grupos populares. Por trás de tais grupos estão os educadores e assessores populares de organismo de Igreja Católica (Interclesial das CEB’s, CPT, CIMI, Pastoral Operária e outras pastorais sociais, Caritas, ACO, Centros Pastorais como o Vergueiro – São Paulo). Também as entidades como a FASE e o MEB, criados ainda no início dos anos de 1960, entre outras, além de grupos clandestinos de esquerda. Nos anos de 1980, a Educação Popular assume predominantemente a forma de movimentos sociais auto - identitários, os chamados novos movimentos sociais. Na década de 90, sob os impactos da crise e da avalanche

neoliberal de dimensões mundiais, na qual se decreta o fim das ideologias e o fim da História, a Educação Popular toma a forma de redes sociais movimentalistas. Vejamos com maior detalhe esta última fase, na qual a economia solidária se afirma e se institucionaliza.

Anos 90: Afirmação e Expansão da Economia Solidária

Ao lidar com a organização dos trabalhadores da cidade e do campo, a Educação Popular não poderia dissociar o educativo, o organizativo e o produtivo como dimensões básicas da realidade imediata. Por, outro lado, a socialização/ressocialização política dos trabalhadores e das camadas populares tanto na ótica de Paulo Freire, como na de Gramsci, teria que partir da realidade imediata e levar em consideração o senso comum e a própria linguagem; afinal a leitura do mundo teria que anteceder a leitura da palavra. É tanto que, o social, o político e o econômico não poderiam estar dissociados do trabalho molecular de organização social e de resistência à crise de 93 e suas conseqüências para os trabalhadores. Em função desta crise, ocorre a reestruturação produtiva e o desmonte do Estado sob o signo do neoliberalismo e da globalização, por sua vez, caracterizada pela financeirização e a abertura do mercado. Isto ampliou de sobremaneira o desemprego estrutural e a exclusão social a patamares socialmente e biologicamente insuportáveis. A Campanha do Betinho, no Brasil, atesta o aumento da fome e da miséria a níveis nunca vistos. Com isto as experiências de economia popular ou de produção associada tenderam a se ampliarem. Surge o fenômeno das fábricas recuperadas pelos trabalhadores. A Educação Popular assume predominantemente a forma de redes sociais, um novo paradigma organizativo para fazer frente à sociedade do conhecimento e da informação e própria crise ambiental em escala global. Um novo internacionalismo entre em cena e os movimentos e redes sociais assumem um caráter internacional. Nunca se falou tanto em participação e solidariedade. É tanto, que solidariedade passa a ser marca de programas sociais do Governo FHC: Comunidade Solidária; Alfabetização Solidária... Luta-se por políticas públicas e pelo seu controle via os conselhos paritários e outros canais de ação da cidadania. E, nesse âmbito se visa ampliar cada vez as experiências de produção associada, na medida mesma em que são sentidos os efeitos da crise provocada pelo esgotamento da expansão neoliberal dos anos 90, com grandes escândalos das corporações e com clima de guerra instalado pela fúria norte – americana (Sader, 2005). Esse fenômeno de experimentação de uma economia alternativa e que se expande é reforçado pela criação, já em 1993, da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão) com o objetivo de reunir trabalhadores para trocar experiências e debater e construir alternativas e viabilizar a gestão de empresas de forma autogestionária e tomando como referência as experiências já experimentadas na década de 80. A ANTEAG estava ligada a CUT, a qual cria também a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário) com a finalidade de lutar por políticas públicas neste campo das empresas autogestionárias. Em paralelo surge um movimento mais à esquerda e que ficou conhecido e se autodenomina de Movimento das Fábricas Recuperadas. Cláudio Nascimento dá conta que em 1996, a CUT promoveu um

seminário nacional de empresas autogestionárias e identificou que os sindicatos dos trabalhadores eram responsáveis por cerca de 54,3% das experiências em curso. Mas, segundo ele, outras entidades também estavam tomando iniciativas nesse sentido; o PACS (Instituto de Políticas Alternativas Cone Sul), em agosto de 1993, realizou, em Criciúma/Santa Catarina, o I Seminário sobre Autogestão, e em Proto Alegre/RS, em 1994, foi realizado um seminário sobre autogestão, reunindo experiências do Brasil, Espanha, Uruguai e outros países (Nascimento, 1998). Tais acontecimentos chamam a atenção da academia: aparece toda uma produção acadêmica (dezenas de artigos, tese e dissertações de mestrado sobre o tema). É quando surgem as incubadoras universitárias de cooperativas populares (ITCP's) e a Fundação UNITRABALHO, na busca de responder a enorme demanda social de fomento às experiências de geração de trabalho e renda economicamente viáveis, socialmente inclusivas e adequadas e, ambientalmente sustentáveis. Em última instância, demanda de alternativas que fossem para além das soluções paliativas próprias dos Governos de plantão e, mesmo, para além das ações emergenciais da Campanha da Ação da Cidadania Contra a Fome e pela Vida, do Betinho. Há toda uma luta no plano político-ideológico e no nível das ações e propostas concretas, por parte das esquerdas e das entidades da sociedade civil organizada, contra ao reforço por parte das chamadas agências multilaterais de desenvolvimento para filantropizar a questão social elevada ao patamar da exclusão social e ao mesmo tempo despolitizá-la. A própria luta pela reforma agrária passa a ser despolitizada pela via do recrudescimento da violência no campo e a criminalização dos movimentos e lutas sociais agrárias. É quando se fala de Terceiro Setor em substituição ao conceito gramsciano de sociedade civil, e mais tarde se adota, a partir de Habermas, o conceito de sociedade civil desvinculado do conceito de Estado e da luta pela hegemonia. Por parte dos movimentos sociais, apesar dos intelectuais da academia terem decretado a sua crise, primeiro vem a luta para manter os postos de trabalho e contra a avalanche da precarização e a perda de direitos duramente conquistados; muitos deles inscritos na Constituição de 1988 e a espera de leis posteriores de regulamentação; vem também os gritos e as marchas: Grito da Terra Brasil; Grito dos Excluídos, Marcha dos Sem Terra; Marcha das Margaridas; depois a organização de redes sociais, dos fóruns e de outros formatos organizativos na perspectiva de fazer frente ao liberalismo e a globalização capitalista. Neste cenário, veio o Fórum da OMC (Organização Mundial do Comércio) onde as corporações transnacionais e os governos dos países imperialistas do mundo tomam as suas decisões neoliberais à revelia de todos os povos da terra e culturas. Ocorre em Seattle, em função dessa reunião da cúpula imperialista mundial, o maior protesto popular que abalou o mundo reivindicando o fim da OMC e de suas conferências. Dezenas de milhares de manifestantes tomaram as ruas e enfrentaram desarmados a Guarda de Nacional e o Departamento de Polícia de Seattle. Em 2000, foi a vez de Davos, e foi quando se organizou o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Neste evento, a produção associada, agora chamada de economia solidária por força das elaborações teóricas e dos debates intelectuais dentro e fora das Universidades, inclusive nas ITCP's e na Unitrabalho, se torna um de seus eixos centrais. As experiências que vão das "fabricas recuperadas" até as cooperativas dos Sem Terra e outras tantas experiências produtivas comunitárias e autogestionárias assumem a forma

de movimento social denominado de Economia Solidária, com vocação hegemônica planetária e se afirmando como modo alternativo a produção capitalista. Sob a premissa gramsciana de que os trabalhadores deveriam disputar hegemonia na sociedade civil, terreno privilegiado para se lutar num momento de nova reorganização do capitalismo em escala mundial e de influência crescente do Estado sobre a estrutura econômica e sobre a superestrutura; as redes sociais e o movimento de economia solidária passam a lutar no campo das políticas públicas. O Fórum Social Mundial coincide com a vitória eleitoral do movimento político Lula Presidente. A economia solidária vai aos palanques e se torna promessa de Campanha em face mesma da expansão das experiências de economia solidária construídas pelos trabalhadores e o surgimento e ampliação de uma vasta rede institucional de apoio e assessoria no âmbito da sociedade civil. Cria-se sob a pressão das entidades e redes e movimentos sociais, a SENAES, como secretaria do Ministério do Trabalho e do Emprego. Agora, trava-se de usá-la como uma das “trincheiras” no âmbito da sociedade política, além da área parlamentar. Certamente, por elas, passarão as lutas pelo Marco Legal e pelas políticas públicas de fomento e expansão da economia solidária como modo de produção alternativo. Mas, trata-se também de se fazer presença exitosa no terreno da sociedade civil enfrentando uma rede densa de valores, comportamentos e condicionantes relativos às várias dimensões da vida humana e que vai desde a sexualidade, a família, a alienação e a massificação; ao individualismo e ao hedonismo; ao consumismo e ao desperdício; aos preconceitos e discriminações raciais e de todos os tipos, “a divisão social do trabalho e as disputas político – ideológicas no campo do conhecimento e da informação. Afinal. Se o capitalismo não funciona na rua e o que ele quer da rua é a ordem, então ele funciona “nas casas, nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas empresas, no Estado (Sader,1988: 18). Ou seja, nos aparatos de hegemonia.

3. Para Concluir: Intelectuais, Incubadoras e Economia Solidária

O movimento de Economia Solidária atravessou a década de 2000 enfrentando a duas crises: a crise de esgotamento dos efeitos anti - crise dos chamados reajustes estruturais do neoliberalismo e a crise geral do Capitalismo que eclodiu em maio de 2008. Considerada a maior desde 1929, e, por causa disso, de certa forma a Economia Solidária se viu fortalecida como via alternativa. Mas há quem diga que só se viabiliza alternativa num contexto desse, quando há um forte movimento de trabalhadores e, se as organizações sindicais são representativas e atuantes, e os trabalhadores identificam em partidos políticos os seus interesses históricos” (Paulo Netto, 2009:7). Não sendo esse o quadro contemporâneo de organização dos trabalhadores, caberia navegar e reforçar as vias existentes. O fato é que a ECOSOL ganhou base institucional dentro do Estado e está apoiada numa extensa rede de movimentos e entidades da sociedade civil. Nas universidades conta como vimos com duas redes que pesquisam, estudam, debatem, adaptam tecnologias, acompanham, avaliam e justificam investimentos públicos no processo de incubação e expansão dos empreendimentos de ECOSOL. Produzem conhecimentos e tecnologias adaptadas, chamadas de tecnologias sociais. Multiplicam-se os seus fóruns de debates e de difusão de experiências e propostas. Exemplo tem sido

a sua participação como ator relevante no Fórum Social Mundial, no Conselho Nacional de Economia Solidária, entre outros. Alargam-se as suas possibilidades de intervenção social. Para isto contam com todo um aparato institucionacional de apóio e parcerias. Os projetos de reforma que tramitam no Congresso Nacional são bastante limitados e extremamente conservadores. O próprio trabalho das Incubadoras de Economia Solidária é algo ainda bastante periférico no universo universitário e, mesmo no âmbito dos Ministérios e de outras agências governamentais. Portanto, há muito a fazer e conquistar. Nesta caminhada as contribuições de Gramsci são importantes para preservar e prever desvios de rotas, principalmente por que há setores que defendem a sociedade civil como algo desvinculado do conceito de Estado e destituído do conflito de classes e de seus antagonismos. Há até setores da intelectualidade que defende a Economia Solidária como um modo de produção alternativo e convivendo com o capitalismo, senão, um Terceiro Setor da Economia não - estatal e não-capitalista. O fato é que no passado, não muito distante, havia expressivos setores da intelectualidade e ativistas de movimentos sociais e ONG's avessos a democracia política e a sua institucionalidade democrática, quando na verdade a luta pela hegemonia enquanto "reforma moral e cultural da sociedade" e, agora vislumbrável em sua dimensão planetária, não pode prescindir da democracia como valor universal e nem das instituições da democracia política, já que essa luta se dá no âmbito de uma ampla rede de "trincheiras" e de "casamata" através dos quais a classe dominante mantém o consenso dos subalternos e buscam perpetuar-se no poder. Os últimos 20 nos provaram que a institucionalização da democracia política mesmo desqualificada pela cultura política da corrupção e da impunidade, abriu caminho para que as organizações e movimentos sociais dos trabalhadores e do povo superassem a mais longa e profunda crise do capitalismo depois de 1929, e continuassem de pé lutando e recriando novos caminhos. Assim, os 20 anos de propaganda neoliberal, 20 anos de politização conservadora apoiada num poderoso aparato midiático, implicam agora, como disse José de Paulo Netto, da UFRJ, num "longo, árduo, denodado, não pragmático, não imediatista trabalho de organização política" (Paulo Netto, 2009:7). Mais do que nunca Marx e Gramsci deve ser a referência. E porque Gramsci? Como disse Carlos Nelson Coutinho, Gramsci elaborou um quadro conceitual no qual se destacam dois conceitos dialeticamente articulados, "sociedade civil" e "hegemonia" que renovaram a teoria marxista e, particularmente em sua dimensão político-filosófica. Gramsci insistiu que a "sociedade civil" faz parte do "Estado ampliado" e que consiste em uma importante arena da luta de classes. Nessa sociedade civil, a classe trabalhadora, prioritariamente deve lutar para o exercício da hegemonia; para obter a direção política da sociedade fundada no consenso e, assim, conquistar e exercer efetivamente o Governo. Portanto, nessa marcha, todos os elementos coercitivos do Estado e do Mercado devem ir sendo substituídos progressivamente por relações consensuais - solidarísticas, ou seja, por relações fundadas num contrato livremente decidido entre os produtores associados, expressão da "sociedade regulada", pelo "consenso". Aqui uma definição de democracia construída como processo. Se não pode existir uma sociedade regulada sem democracia, muito menos pode existir democracia plena sem socialismo. Adverte Coutinho que, a "sociedade civil" gramsciana nada tem a ver com essa coisa amorfa que hoje chamam de

“terceiro setor”, pretensamente situado para além do Estado e do mercado” (Coutinho, 2000:170-171).

Referências

- BRANDÃO, Carlos R. Apresentação. In: A questão política da educação popular. 7ª. Edição. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 11 – 15.
- CACCIA BAVA, Silvio. Práticas cotidianas e movimentos sociais. São Paulo, 1983. Dissertação de Mestrado FFLCH/USP.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Contra a Corrente. Ensaaios sobre democracia e sindicalismo. São Paulo; Cortez, 2000.
- DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular. Movimentos sociais e participação Política no Brasil pós -70. _ Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1995.
- EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v.2, n.4, pp. 11 – 22, abr. 1984.
- LIMA, Severino José. Educação política e movimentos sociais agrários no Nordeste do Brasil. Tese de Doutorado, CPDA/UFRRJ, 200º.
- MACCHIOCCHI, Maria - Antonietta. A Favor de Gramsci. 2ª. edição. Rio: Paz e Terra, 1980.
- MANFREDI, Sílvia Maria. A educação popular no Brasil: uma reeleitura a partir de Gramsci. In: A questão política da educação popular. 7ª. Ed. _ São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 40 – 61.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio. In: Cooperativismo e coletivização no campo: Questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil. Neide Esterici (Org.). Rio de Janeiro, 1984.
- MOACIR, Moacir. Educação comunitária e economia popular. In: Educação popular e Economia popular. Moacir Gadotti e Fco. Gutierrez (Orgs.) _ 4ª. Ed. São Paulo: Cortez. 2002. Pp. 11 – 22.
- MOISÉS, José A. Classes populares e protestos urbanos. São Paulo, 1978. Tese de Doutorado, FFLCH/USP.
- NOVAES, Henrique T. e SERAFIM, Milena P. A necessidade de um enfoque Tecnológico na economia solidária: fabricas recuperads e cooperativas populares Na América Latina. In: Revista Proposta, 112. Acessado via internet em 28 de

Agosto de 2010.

- PAULO NETTO, José. Uma crise Geral do Capitalismo. In: Jornal da Secção dos Docentes da UFRJ/Andes-SN. Rio de Janeiro, Ano X, N. 626, junho 2009.
- PETRINI, João Carlos. CEB's: um novo sujeito popular. Rio: Paz e Terra, 19
- RAZETO, Luiz. Economia de solidariedade e organização popular. In: Educação Comunitária e economia popular. Moacir Gadotti e Fco. Gutierrez (Orgs.). _ 4ª. Edição. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões de nossa época, v.25).
- REDE UNIVERSITARIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Postado por Rede ITCP's às terças feiras, 22 de Setembro, 2009. Acessado em 28/08/2010 em [HTTP://redeitcps.blogspot.com/](http://redeitcps.blogspot.com/).
- SADER, Eder. Quando os novos personagens entraram em cena. Rio: de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. Estado e movimentos sociais na América Latina. In: Cadernos ABESS, Educação popular, n.2, Ano IX, OUT. 1988. pp. 5 – 19.
- SCHERER – WARREN, Ilse. Rede doe Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993.
- SECCO, Lincoln. Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas idéias. _ São Paulo: Cotez, 2002. (Coleção Questões de Nossa Época, v.94).
- SINGER, Paul ; Souza, André R. A economia solidária no Brasil. Autogestão como resposta ao Desemprego. São Paulo:Contexto, 2000.
- SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis/SC: Ed. Da UFSC; São Paulo: Cortez. 1995..
- TIRIBA, Lia. Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção Associada. Ijuí: Unijuí,2001.
- TIRIBA, Lia. Ciência econômica e saber popular: reivindicar “o popular” na economia E na educação.In: TIRIBA, Lia e PICANÇO, Iracy (Orgs.) Trabalho e Educação: Arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004, pp.75 – 102.
- TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. In: Perspectiva. Revista do Centro de Educação da UFSC, Ano 27, v.26, n.1, jan./jun. 2008, pp. 69 – 94. Florianópolis (Dossiê

Trabalho, Movimentos Sociais e Educação).

TOURAINÉ, Alain. O Pós – Socialismo. Porto. Afrontamento, 1981.